



> ENTREVISTA

Severino Cavalcanti, presidente da Câmara dos Deputados

Por Andréa Mota

“A classe contábil pode, por exemplo, contribuir muito para a definição de um modelo fiscal mais coerente e ajudar a aperfeiçoar as ferramentas de controle na administração pública.”

Seus 40 anos de vida pública e sua experiência como empresário no setor de agronegócios fazem do deputado federal Severino José Cavalcanti Ferreira (PP-PE) um dos maiores defensores dos pequenos e microempresários no País.

Pernambucano da cidade de João Alfredo, Severino Cavalcanti defende uma Reforma Tributária que gere mais empregos, que valorize o setor produtivo no País e que retire os municípios da situação de penúria em que se encontram. “Acompanho de perto o dia-a-dia de prefeituras e de prefeitos, que tudo fazem para honrar seus compromissos com o povo que os elegeu”, defendeu.

Considerado um dos mais marcantes presidentes que já assumiram a Câmara dos Deputados, Severino foi, em 2003, o deputado federal que teve mais tempo de mandatos consecutivos – ao todo, oito anos – na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, durante os últimos 50 anos, um feito para poucos parlamentares. Detentor de idéias conservadoras e opositoristas, Severino é um defensor das classes produtoras no País e da moralização da atividade pública.

Nesta entrevista, o deputado é convidado a falar sobre a MP 232, sobre o controle externo de contas públicas e a respeito de outros assuntos de interesse da classe contábil. Confira!



Releto, Galasano

> Entrevista
Severino Cavalcanti,
presidente da Câmara dos Deputados

RBC – A retirada da MP 232 foi, sem dúvida, benéfica para a toda a sociedade brasileira. Como o senhor avalia esta grande vitória, que contou com a participação efusiva da classe contábil?

Severino – A derrubada da MP 232 foi uma vitória da sociedade civil organizada e teve reflexos para além dos setores beneficiados (serviços e agropecuário). Ao rejeitar o aumento de impostos, rompemos um paradigma que sufocava nossa economia: o de sempre buscar o ajuste nas contas públicas com o aumento da carga tributária. Também se restabeleceram os princípios de que as questões tributárias não podem ser reguladas por Medida Provisória. A sociedade brasileira despertou, mais uma vez, para o fato de que, mesmo no que se diz respeito aos impostos, a mobilização social é capaz de reverter as decisões perversas dos governantes, torná-las adequadas à vida diária dos cidadãos, voltada para o trabalho, para a produção da riqueza e para o desenvolvimento do País.

RBC – O senhor defendeu, recentemente, uma legislação mais favorável para as micro e pequenas empresas ao dizer que estaria na linha de frente em defesa dos microempresários. Qual é o modelo ideal de regras fiscais e tributárias a serem adotadas por este segmento?

Severino – O fortalecimento das micro e pequenas empresas passa pelo tratamento tributário diferenciado e pela desburocratização nos procedimentos de abertura das empresas. É também indispensável uma mudança na política de financiamento para os pequenos empresários. Enquanto o micro e o pequeno empreendedor não tiverem acesso a capital de giro em condições especiais, todo o esforço que se fizer em prol do seu fortalecimento redundará em malogro. Além da barreira dos juros escorchantes, há os entraves da legislação trabalhista, que precisam e podem ser removidos, como demonstram estudos nesse sentido, sem prejuízos para os trabalhadores. O pequeno negócio é o que mais cria pos-

tos de trabalho, mas, segundo pesquisa do Sebrae, três em cada dez pequenas empresas fecham as portas antes de completar um ano de vida. Ao cabo de cinco anos, seis em dez são colocadas fora do negócio. O que é mais expressivo: 61% delas jamais tomaram crédito bancário e 74% dos dirigentes de tais empresas sequer conhecem as possibilidades de microcrédito, cujas linhas oferecem até R\$ 10 mil.

RBC – Como o senhor avalia a proposta dos contabilistas de que as contas financeiras dos órgãos públicos federais passem a ser analisadas também por auditores independentes, além do Tribunal de Contas da União (TCU)?

Severino – O controle externo dos gastos públicos é desempenhado com grande competência e independência pelo Tribunal de Contas da União. Antes de serem examinadas pelo TCU, as contas são acompanhadas, sistematicamente, pelas secretarias de controle interno de cada órgão. Não vejo inconveniente de as empresas ou as entidades civis financiar auditorias independentes para subsidiar suas estratégias empresariais ou defender políticas setoriais mais adequadas. Os gastos públicos devem ter toda a transparência.

RBC – A informalidade das empresas prestadoras de serviços, motivada pela não-inserção deste setor no Simples, é ainda preocupante. Como combater esse problema e também as conseqüências que ele acarreta?

Severino – Temos várias propostas tramitando na Câmara para incluir as empresas prestadoras de serviços com menos de dez empregados no regime simplificado de pagamentos de impostos e contribuições federais – Simples. É crescente o entendimento entre os deputados de que os prestadores de serviços não podem continuar sendo discriminados. A sociedade deve atuar firme dentro do Parlamento para viabilizar a aprovação de tais propostas.

RBC – Após cinco anos de sua criação, a Lei de Responsabilidade Fiscal não é cumprida de forma efetiva pelos governantes. O próprio Governo aumentou em 11% os seus gastos públicos, com a contratação de pessoal, por exemplo. Como cobrar dos governantes um maior cumprimento da LRF em seus estados e municípios?

Severino – A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) representa um dos grandes avanços para a Administração Pública moderna. Seus dispositivos atribuíram maior rigor na gestão dos recursos públicos e ampliaram a transparência na execu-

ção do Orçamento e, por isso, devem ser preservados, mas tornaram premente a revisão do pacto federativo. O Governo federal deu aos municípios atribuições que não tiveram a contrapartida da garantia de recursos. Anos de centralismo levaram nossos municípios a uma situação de precariedade financeira e de penúria; só o espírito público explica como sobreviver a tantas privações. Falo com conhecimento de causa, por acompanhar de perto o dia-a-dia de prefeituras e de prefeitos, que tudo fazem para honrar seus compromissos com o povo que os elegeu.

RBC – O que a sociedade brasileira pode esperar do Parlamento que ora é presidido por Vossa Excelência?

Severino – A exemplo do que ocorreu na votação da MP 232, quando os deputados tiveram participação decisiva na mobilização de entidades empresariais contra o aumento dos impostos para o setor de serviços, a sociedade pode esperar uma Câmara perfeitamente afinada com os seus anseios e reivindicações. Para isso, o Legislativo vem investindo forte na ampliação dos canais de interlocução entre os deputados e os cidadãos e estimulando a participação da sociedade civil nos debates sobre os principais projetos em apreciação.

RBC – Quais as perspectivas para uma efetiva Reforma Tributária?

Severino – Queremos concluir, no segundo semestre, a votação da PEC paralela, que prevê a unificação do ICMS e o aumento do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo de Desenvolvimento Regional. Esses pontos faziam parte da proposta aprovada na Câmara em 2003 e que foi desmembrada da proposta votada no Senado Federal. Mas, há muito ainda a fazer. Temos uma legislação tributária muito complexa, quase insana, e que não favorece um regime fiscal lógico. Uma reforma profunda no modelo fiscal brasileiro é obra que se cumpre por etapas, dada a magnitude do impacto para os agentes econômicos e para a administração pública.

RBC – Que contribuição a classe contábil pode prestar ao Congresso Nacional?

Severino – A participação efetiva da sociedade civil organi-

zada no Congresso Nacional concorre para o aperfeiçoamento do processo legislativo. Os estudos e as opiniões dos contabilistas patrocinados pelas entidades de classe, como o Conselho Federal de Contabilidade, soa importante referência. Por essa razão, os seus dirigentes são presença assídua nas audiências públicas promovidas pela Câmara e é decisiva para a construção de consenso e para a qualidade final dos textos legais a serem aprovados. A classe contábil pode, por exemplo, contribuir muito para a definição de um modelo fiscal mais coerente e ajudar a aperfeiçoar as ferramentas de controle na administração pública.

RBC – A burocracia, instalada em alguns órgãos da administração pública, atrasa a abertura e o fechamento de empresas no Brasil. Com resolver esse entrave?

Severino – A burocracia, para a constituição de empresa, já virou motivo de chacota. Muitos não conseguem sobreviver à burocracia para o nascimento. Inúmeros outros mantêm empresas como se funcionando estivessem, com portas fechadas ou sem nenhuma porta, porque não se arriscam a cumprir todo o longo e oneroso elenco de obrigações vigentes. A reforma trabalhista e o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas (PLP 210/04), ambas em discussão na Câmara dos Deputados, podem resolver parte do problema.

RBC – Hoje, os contabilistas brasileiros ultrapassam o número de 350 mil profissionais. Seria a Contabilidade a profissão do futuro? Qual o papel do contabilista na sociedade?

Severino – Como já fui empresário, sei muito bem a importância do profissional contábil para a administração do negócio. Nenhuma decisão é tomada sem os dados contábeis e somente o contabilista dispõe de preparo técnico para disponibilizar os dados patrimoniais e ajudar na decisão dos executivos. Na Administração Pública, são esses profissionais que executam o controle interno e externo, indispensáveis para a boa aplicação dos recursos que a sociedade disponibiliza por meio de impostos para os serviços e os investimentos do Estado.

Iderlon Calasancio



“Temos uma legislação tributária muito complexa, quase insana, e que não favorece um regime fiscal lógico.”